



**AVALIAÇÃO DA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DO
ESTADO DA PARAÍBA**

1. Este documento é parte integrante da 9ª revisão do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal (Programa) e tem por objetivo apresentar a situação financeira do Estado no último triênio, com ênfase no exercício de 2011, conforme os valores apresentados nos quadros anexos do Programa, de modo a contextualizar as metas e compromissos estabelecidos. Ressalte-se que a revisão da avaliação de metas e compromissos desse exercício ainda não foi finalizada e, por isso, os dados apresentados a seguir podem ser alterados.
2. Para simplificar a exposição dos dados, os montantes referir-se-ão a valores correntes e os percentuais de variação, a valores reais. O índice de preços utilizado será o IGP-DI médio anual, salvo no caso dos valores de estoque da dívida, que serão comparados utilizando-se o IGP-DI acumulado anual.
3. No exercício de 2011, o Estado apresentou resultado primário superavitário de R\$ 479 milhões, decorrente da diferença entre a receita líquida de R\$ 5.926 milhões e da despesa não financeira de R\$ 5.447 milhões. Este resultado foi influenciado tanto pelo desempenho da receita líquida, que cresceu 9,56% no exercício de 2011, quanto pelo desempenho da despesa não financeira, que decresceu 1,99% no mesmo período. De forma oposta em 2010, o Estado apresentou déficit primário de R\$ 137 milhões, ao passo que em 2009 registrou superávit primário de R\$ 201 milhões.
4. O Estado incorreu em suficiência financeira de R\$ 417 milhões em 2011, pois a soma do resultado primário com as fontes de financiamento foi suficiente para permitir a cobertura do serviço da dívida. Resultado oposto aconteceu em 2010, quando o Estado apresentou deficiência de recursos de R\$ 400 milhões, ao passo que em 2009 houve suficiência de recursos de R\$ 106 milhões. A deficiência gerada em 2010, segundo o Estado, foi coberta com recursos da disponibilidade de caixa acumulado de exercícios anteriores e que, ao final de 2010, o Estado ainda dispunha de disponibilidade líquida de caixa de R\$ 60 milhões.
5. A receita bruta evoluiu de R\$ 5.234 milhões em 2009 para R\$ 5.684 milhões em 2010 e alcançou R\$ 6.713 milhões em 2011, apresentando crescimento de 8,82% em relação a 2010. Tal aumento foi resultante principalmente das receitas de transferências, que apresentaram crescimento de 10,00%, passando de R\$ 2.909 milhões para R\$ 3.473 milhões. Após a dedução das transferências a municípios, a receita líquida alcançou R\$ 5.926 milhões em 2011.
6. Na composição da receita bruta de 2011 estão incluídas as receitas do Fundo de Combate e Erradicação à Pobreza do Estado da Paraíba (FUNCEP).
7. As receitas de transferências foram responsáveis, por 51,83%, 51,18% e 51,73% do total da receita bruta em 2009, 2010 e 2011, respectivamente. A receita da Cota-Parte do FPE, que corresponde a 82,86% das receitas de transferências, apresentou crescimento de 13,51% entre 2010 e 2011.
8. As receitas de arrecadação própria foram responsáveis, por 48,17%, 48,82% e 48,27% do total da receita bruta em 2009, 2010 e 2011, respectivamente. O ICMS, que respondeu por 88,78% das receitas de arrecadação própria em 2011, cresceu 2,78% em relação a 2010 em

decorrência da intensificação das ações de fiscalização e de combate à sonegação fiscal, da implantação do sistema público de escrituração digital, da revisão da legislação de incentivos fiscais e da qualificação de servidores. A despeito desse desempenho da arrecadação própria, houve queda na participação dessas receitas no total da receita bruta, tendo em vista o melhor desempenho observado nas receitas de transferências, cujo crescimento em 2011 ficou em 10,00%, e que permanecem como a principal fonte de receita estadual.

9. As despesas não financeiras evoluíram de R\$ 4.449 milhões em 2009 para R\$ 5.122 milhões em 2010 e alcançaram R\$ 5.447 milhões em 2011, considerada a inflação do período a variação nominal de R\$ 326 milhões corresponde a decréscimo de 1,99% em relação a 2010. Tal decréscimo em 2011 é explicado principalmente pelo desempenho das despesas com pessoal, cuja variação nominal de R\$ 134 milhões correspondeu a um decréscimo de 4,11%.

10. As despesas com pessoal foram responsáveis, por 64,88%, 64,58% e 63,18% do total da despesa não financeira em 2009, 2010 e 2011, respectivamente. Em 2011, o decréscimo dessas despesas deveu-se, principalmente, às reduções de 3,93% dos gastos com o executivo (administração direta) e de 10,38% com o executivo (administração indireta) em relação a 2010, que representaram 46,42% e 11,76%, respectivamente, do total. Os principais fatores que contribuíram para a redução dos gastos com pessoal, segundo o Estado, foram: a redução das gratificações de atividades especiais, o não preenchimento de cargos comissionados desocupados e a redução do número de prestadores de serviços. Além disso, como houve crescimento de 10,41% da receita corrente líquida (RCL), a relação despesas com pessoal / RCL foi reduzida de 66,30% em 2010 para 57,58% em 2011, reenquadrando o Estado ao limite estabelecido no Programa.

11. A autarquia Paraíba Previdência (PBPREV), criada em 30 de dezembro de 2003, com a edição da Lei Estadual nº 7.517, é a gestora única da previdência estadual, atendendo aos servidores de todos os órgãos do Estado e a seus dependentes sob o regime de repartição simples. As receitas provenientes das contribuições dos segurados e da contribuição patronal são insuficientes para pagar os benefícios previdenciários previstos na Lei. Por essa razão, o sistema incorre em déficits que são cobertos pelo tesouro estadual. Com efeito, a cobertura realizada pelo tesouro estadual em 2011, registrada no Programa na rubrica de inativos e pensionistas, ficou em R\$ 421 milhões. Segundo informações do Estado, a última avaliação atuarial, realizada em 2010, constatou a existência de um déficit atuarial no valor R\$ 18.120 milhões. Segundo os técnicos do PB-PREV, está em andamento um novo estudo atuarial, pelo Banco do Brasil, o qual deverá apontar o atual déficit atuarial, para estabelecer a data de corte e dar início à implantação da segregação de massas.

12. As outras despesas correntes e de capital (OCC) foram responsáveis, por 35,12%, 35,42% e 36,82% do total da despesa não financeira em 2009, 2010 e 2011, respectivamente. Em 2011, o crescimento dessas despesas deveu-se, principalmente, aos aumentos de 8,86% dos gastos com outras despesas correntes e de 228,76% com Sentenças Judiciais em relação a 2010, que representaram 75,79% e 2,41%, respectivamente, do total.

13. Os investimentos evoluíram de R\$ 439 milhões em 2009 para R\$ 507 milhões em 2010, e recuaram para R\$ 422 milhões em 2011, correspondendo a 11,10%, 11,78% e 8,11% da Receita Líquida Real (RLR) nos respectivos exercícios. A expansão dos investimentos em 2010 foi financiada, principalmente, por recursos próprios do Estado e por transferências de capital, visto que as receitas de operações de crédito ficaram 96,26% abaixo do previsto. A redução dos investimentos, observada em 2011, foi reflexo tanto da frustração das liberações de operação de



crédito, que ficaram 41,67% abaixo do previsto, quanto do ingresso de recursos de transferências de capital, cuja realização ficou 31,07% abaixo das projeções.

14. Com relação às outras despesas correntes (ODC), houve expansão de R\$ 1.088 milhões em 2009 para R\$ 1.287 milhões em 2010 atingindo R\$ 1.520 milhões em 2011, correspondentes a 27,52%, 29,90% e 29,24% da Receita Líquida Real (RLR) nos respectivos exercícios. A expansão em 2011 ocorreu, principalmente, em razão dos aumentos de R\$ 144 milhões (10,36%) das transferências aos municípios e de R\$ 56 milhões (8,05%) com Outros Serviços de Terceiros.

15. No que se refere ao comportamento das sentenças judiciais, o Estado informou que aderiu ao regime especial para pagamento de precatórios instituído no art. 97 do ADCT com opção pelo pagamento do seu estoque de precatórios no prazo de 15 anos e que vem cumprindo o cronograma de liberação dos recursos para pagamento. Informou também que as dotações orçamentárias e os créditos abertos para o pagamento de Precatórios são consignados diretamente ao Poder Judiciário, a quem cabe organizar a lista de credores e efetuar os devidos pagamentos. No exercício de 2011, o Estado repassou ao Tribunal de Justiça para pagamento de precatórios o valor de R\$ 39.999 mil. Já o estoque de precatórios em 31.12.2011 era de R\$ 621.554.835,32, segundo o RGF do 3º quadrimestre. Estimam-se repasses mensais da ordem de R\$ 6.099 mil, em 2012, para pagamento de precatórios por parte do Tribunal de Justiça. Segundo seus representantes, o Estado estuda, ainda, a criação da “Central de Conciliação de Precatórios”, vinculada à Procuradoria Geral do Estado, com a intenção de firmar acordo com os credores para antecipar o cronograma de pagamentos e obter deságios.

16. O estoque da dívida do Estado, que era de R\$ 2.058 milhões em 31 de dezembro de 2009, passou para R\$ 1.931 milhões em 31 de dezembro de 2010, representando decréscimo de 14,49%. Já o saldo em 31 de dezembro de 2011 totalizou R\$ 1.958 milhões, apresentando diminuição de 3,42% em relação ao ano anterior devido, principalmente à redução da dívida relativa à Lei nº 8.727/93 e dos parcelamentos com o INSS e a RFB. Na composição da dívida estadual em 2011, a relativa à Lei nº 9.496/97 foi a de maior representatividade, com participação no total da dívida financeira passando de 35,77% em 2010 para 35,97% em 2011. Já a dívida relativa à Lei nº 8.727/93, que aparecia como a de maior representatividade em exercícios anteriores, apresentou redução real de 21,38%, e sua participação relativa foi reduzida de 32,01% em 2010 para 26,06% em 2011, em razão das amortizações contratuais.

17. A relação Dívida Financeira/RLR foi de 0,52, 0,43 e 0,37 nos exercícios de 2009, 2010 e 2011, respectivamente. Na queda dessa relação houve contribuição tanto do crescimento da RLR como das amortizações contratuais no período, uma vez que o Estado amortizou no triênio mais de R\$ 722 milhões da sua dívida, ainda que tenha contratado operações de crédito que somaram liberações totais de R\$ 422 milhões no mesmo período. Destacam-se entre as amortizações contratuais de dívida, as relacionadas com o refinanciamento ao amparo da Lei nº 8.727/93, que foi a de maior representatividade durante muitos exercícios, mas que deverá se encerrar em 2014.

18. O Estado paga o serviço da dívida relativa à Lei nº 9.496/97 sem usufruir do limite de comprometimento de 13% da RLR e, por este motivo, não acumula resíduo.



19. A avaliação da situação financeira do Estado demonstra a importância da continuidade do Programa para a manutenção do equilíbrio das finanças públicas do Estado. A revisão do Programa prevê déficits primários de R\$ 192 milhões em 2012, R\$ 262 milhões em 2013 e R\$ 15 milhões em 2014, que, somados com as fontes de financiamento, são suficientes para o Estado honrar os seus compromissos financeiros projetados, não gerando atrasos nos próximos três anos.


ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO
Secretário do Tesouro Nacional



